

# Segurança, Democracia e Cidades: o Manifesto de Aubervilliers e Saint-Denis

No momento em que a Europa e o resto do mundo atravessam uma crise económica que pode prejudicar o património social e cultural do século XX, as autoridades locais, as instituições e os representantes da Sociedade Civil, reunidos sob a égide do Efus em Aubervilliers e Saint-Denis, desejam reafirmar, baseando-se nos factos, que as políticas sociais de prevenção são eficazes em termos de luta contra a violência e a criminalidade. Devemos recordar que a prevenção é menos onerosa do que outras políticas e por conseguinte é humana e economicamente mais eficiente.

Por isso o Efus decidiu escolher “**o futuro da prevenção**” como tema da sua quinta conferência internacional em Aubervilliers e Saint-Denis, depois de Montreal, Barcelona, Paris, Nápoles e Saragoça. Durante esta conferência, celebrada nos dias 12, 13 e 14 de Dezembro de 2012 reuniram-se mais de 900 pessoas, incluindo representantes de 200 cidades e 40 países dos cinco continentes.

Esta conferência concluiu-se com a adopção de um Manifesto, publicado a seguir e que será completado por recomendações concretas provenientes das sessões temáticas da conferência.

Este Manifesto, longe de ser um relatório da conferência, exprime as conclusões e os princípios defendidos pelos participantes e permite identificar os princípios e os valores da comunidade Efus. O Manifesto foi concebido para ser uma fonte de apoio e inspiração para as autoridades locais para a concepção e promoção das suas políticas de segurança. Também tem como objectivo levar a voz das cidades até às instituições nacionais, europeias e internacionais.

Está assente nomeadamente sobre:

- A Declaração de Delhi sobre Segurança das Mulheres “Construir cidades e comunidades inclusivas”, Mulheres e Cidades Internacional, Novembro de 2010, Delhi;
- A Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis, Maio de 2007, Leipzig;
- Segurança, Democracia e Cidades, Manifesto de Saragoça, 2006; Manifesto de Nápoles, 2000, Fórum Europeu para a Segurança Urbana;
- Carta de Aalborg sobre o desenvolvimento sustentável, Nações Unidas, 1994 e 2004, Aalborg;
- As directrizes da ONU sobre a prevenção da criminalidade, Nações Unidas, 2002;
- A Carta Europeia de Salvaguarda dos Direitos Humanos na Cidade, Maio de 2000, Saint-Denis;
- A Carta Urbana Europeia, Congresso dos Poderes Locais e Regionais, 1992.

## **Desafios para a Europa**

O estado actual de turbulências globais significa que teremos de enfrentar importantes desafios ecológicos, sociais, económicos e financeiros no futuro.

A Europa está submetida a desequilíbrios e desigualdades, e em particular um forte aumento do desemprego, que mergulha os cidadãos num estado de ansiedade que fragiliza os laços sociais e a confiança no futuro. Frente à globalização mal controlada e quando as oportunidades não são totalmente aproveitadas, a Europa tende a fragmentar-se e a retrair-se sobre si própria. No seu seio, a crise ameaça a coesão social, a solidariedade, deixando emergir o egoísmo e o individualismo.

Os sentimentos de insegurança nunca foram tão fortes e os cidadãos desconfiam dos políticos, contestando a sua capacidade de mudar o curso dos acontecimentos.

A criminalidade organizada e financeira, relativamente ausente das preocupações das políticas públicas, representa uma ameaça para os equilíbrios sociais e para as nossas bases democráticas,

A Europa não está à altura desses desafios porque o seu projecto social, económico e político não corresponde suficientemente às expectativas dos cidadãos e não facilita a adesão destes ao projecto.

Apesar de ter realizado progressos consideráveis, especialmente a paz ao longo dos últimos 65 anos, a Europa não provoca um forte sentimento de pertença aos seus cidadãos, o que impede um investimento colectivo.

### **O risco de autoritarismo**

Face a estes desafios, existe um risco importante de tratar apenas os sintomas mais visíveis desses desequilíbrios: miséria, distúrbios urbanos, tráficos de seres humanos, desenvolvimento de condutas de dependência, violência entre homens e mulheres, violência dos jovens, incivilidades.

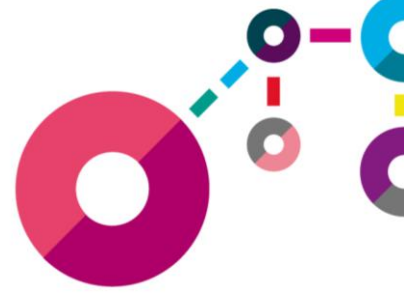
A curto prazo, respostas autoritárias oferecem às autoridades locais a vantagem da visibilidade. A longo prazo, esta abordagem tem custos sociais e económicos importantes e pode prejudicar seriamente os nossos direitos e liberdades.

### **Deve prevalecer a razão**

Levar em conta os desafios sociais, económicos e ecológicos que deveremos enfrentar no futuro próximo obriga-nos a integrar o curto e o longo prazo em cada uma das nossas decisões para o futuro das nossas comunidades. Obriga-nos a reexaminar as nossas prioridades, reinventar os nossos métodos de acção, e oferece-nos ao mesmo tempo uma oportunidade para inovar.

O debate democrático, alimentado pela ciência e pelo conhecimento, leva-nos a avaliar melhor as consequências financeiras e económicas das nossas decisões para o futuro.

As nossas reacções aos distúrbios actuais devem seguir este caminho difícil e exigente. Mais do que nunca, a segurança deve basear-se no equilíbrio entre sanção e prevenção. As cidades devem garantir que as autoridades públicas respondam de forma coerente tanto ao pequeno quanto ao maior tipo de delinquência.



### **Prevenção: uma escolha para o futuro**

Ao focalizar os trabalhos da conferência sobre o futuro da prevenção, as cidades do Efus privilegiam uma dinâmica optimista para lutar contra o sentimento paralisante do medo. Ao recusar o fatalismo vinculado aos momentos de crise económica, devemos assumir a responsabilidade de identificar e investir espaços onde existem margem de manobra e possibilidades de desenvolvimento.

Reivindicamos a escolha da prevenção como uma opção racional, estratégica com o melhor ratio custo/benefício. Num contexto de restrições e reestruturações orçamentais que se impõem nos próximos anos, os actores da segurança deverão aliar mais criatividade e pragmatismo. A procura da eficiência reforça a importância da parceria e do trabalho complementar dos actores, públicos e privados, à volta de um projecto colectivo.

### **Segurança e desenvolvimento sustentável**

Ao aplicar os princípios da Carta de Aalborg, as cidades do Efus procuram uma alta qualidade de vida para todos. Recusam a gestão da segurança de emergência e promovem políticas sustentáveis.

As cidades privilegiam assim a prevenção para garantir que a segurança seja um direito fundamental e um elemento indispensável da qualidade de vida na cidade para as gerações futuras.

### **O cidadão no coração**

As políticas de segurança devem ser pensadas e concebidas à volta das necessidades individuais e colectivas do cidadão, e não de acordo com as instituições públicas. Para tal, a participação é um eixo transversal de acção que permite associar a sociedade civil a todas as etapas da concepção, da implementação e da avaliação das políticas.

A prevenção do futuro só pode ser concebida e realizada com a plena participação dos jovens que são estigmatizados e vítimas de violência com demasiada frequência. Objectivos concretos e meios de expressão devem ser restaurados no projecto de política comum que une os cidadãos europeus. Esta forma de cidadania activa inclui a participação dos cidadãos na segurança, nomeadamente através da educação sobre a legalidade e a partilha de valores de justiça e democracia.

### **Uma política informada**

Todas as políticas devem levar em conta os últimos conhecimentos técnicos e científicos e criar as condições para a produção do conhecimento.

Para realizar isso, as cidades devem encontrar meios para garantir que as suas políticas sejam definidas e guiadas por dados qualitativos e quantitativos, e não por preconceitos ou posturas ideológicas. Comprometem-se a avaliar sistematicamente as suas acções de prevenção, com o objectivo de melhorar a eficiência e assim fazer entrar a prevenção numa nova etapa de profissionalização.

## **Uma Europa das cidades**

As cidades europeias caracterizam-se pela existência de espaços públicos partilhados por diversos grupos de população. Devem preservar e desenvolver esta característica urbana. A prioridade é dada à criação de laços sociais e conviviais: a segurança não procura afastar os cidadãos entre si, mas sim criar espaços onde é garantida a segurança de todos. O espaço público encarna a coesão social e simboliza a relação entre o cidadão e a cidade.

As instituições europeias e nacionais reconhecem hoje as cidades como sendo parceiros indispensáveis. Sendo as mais próximas dos cidadãos, combinam competências de solidariedade, de prevenção, bem como de sanção, com experiência na gestão dos problemas quotidianos. A atribuição dos recursos financeiros e humanos deve reflectir a distribuição de competências e reconhecer as parcerias e colaborações entre os Estados, cidades e a sociedade civil.

## **Cidades “Viver Juntos”**

As cidades defendem uma Europa aberta para o mundo, que respeita as regras e as leis, e que aproveita plenamente a diversidade das populações.

As cidades exprimem o seu desejo de fazer da segurança um bem público, baseado no respeito dos direitos fundamentais, que deve ser garantido no espaço público bem como no privado, compartilhado pelos indivíduos como pelos grupos.

Esta segurança é complexa e deve ser baseada na parceria. É concebida e implementada através da combinação de políticas de prevenção, sanção e solidariedade. A promoção dos direitos da mulher e da igualdade de género deve ser sistemática e constante. Políticas proactivas que favoreçam o viver juntos e a convivialidade são vitais para as nossas sociedades, que, caso contrário, seriam tentadas pelo retraimento sobre si, o enceramento.

**Uma cidade mais justa é uma cidade mais segura.**

